

PARTICIPAÇÃO DAS MULHERES NA LUTA DOS TRABALHADORES E NO MOVIMENTO SINDICAL

Maria Valéria Junho Penna¹

Em 1872, ainda durante o Império, foi realizado o primeiro recenseamento da população brasileira. Naquele ano, constatou-se que ela era composta, por 9.700.187 pessoas, das quais 4.694.943 eram mulheres e, dessas, 689.998 mulheres escravas. Mais de cem anos depois, o Censo Demográfico de 1980 mostra que a população brasileira é de 119.070.865 pessoas, das quais 59.146.099 do sexo feminino. Mas às diferenças; é claro, não são apenas demográficas e numéricas: em 1888 extinguiu-se a escravidão, um, ano após proclamou-se a República, o país industrializou-se alterou-se a composição de sua população com a absorção intensa da imigração espanhola, italiana, alemã e japonesa; formou-se um proletariado urbano rural e a classe média assumiu claros contornos sociais e políticos.

Nos longínquos 1872, as mulheres compunham aproximadamente 45% do que o Censo considerava trabalhadores e, então, como agora, não se considerou as donas de casa nesse conjunto. Das mulheres que trabalhavam oficialmente, a agricultura empregava 25%, os serviços domésticos 33%. No entanto, se observarmos o total de pessoas absorvidas, naquela ocasião, tanto nos serviços, quanto na indústria, constataremos que elas eram mulheres em sua maioria. De fato, as mulheres eram dominantes na prestação de serviços pessoais (81 % do total de pessoas no setor); contudo, diferentemente de agora, eram 78% dos trabalhadores industriais: Elas perdiam para os homens na agricultura, que consistia na atividade econômica mais importante.

O que esses dados do século passado mostram é que muitas mulheres trabalhavam, embora parte substancial, desse trabalho fosse realizada dentro da família, como donas de casa e serviços domésticos. Política e economicamente, a família, a propriedade territorial e a escravidão eram eixos do mesmo fenômeno, o *latifúndio*, com sua produção voltada para o mercado externo. No latifúndio, sinhas e escravas eram partes da mesma comunhão doméstica. Às fazendeiras, embora sob o jugo masculino e interminavelmente explorando as escravas, cabia, não obstante, desempenhar várias ocupações: supervisionava e controlava todas as atividades caseiras, como cuidar das crianças, cozinha e costura e, ainda, a produção de sabão e velas, freqüentemente comercializados nas vilas mais próximas. No caso das mulheres escravas, elas partilhavam, desde pequenas, com as crianças do sexo masculinas, as tarefas mais duras e pesadas, tanto domésticas quanto na agricultura. Elas roçavam plantavam e colhiam algumas cultivavam

¹ Este texto foi distribuído pela Nalú Farias da SOF, durante o Curso de Formação de Educadores/as em Concepção Prática Sindical e Metodologia da Formação, realizado pela ENFOC/CONTAG.

ainda, alimentos em pequenos pedaços de terras que vendiam e assim, logravam comprar sua liberdade.

Na periferia da grande propriedade territorial estavam os antepassados dos atuais bóias-frias: homens e mulheres pobres e brancos, sem propriedade, e que, eventualmente, eram incorporados às atividades do latifúndio: Nesse grupo, disperso pelo território brasileiro e desprovido de terras, as mulheres ficavam com o encargo dos filhos, freqüentemente abandonados pelos pais, dedicando-se ao comércio ambulante de mercadorias feitas em casa, à prestação de serviços pessoais como costura ou cozinha e, finalmente, à prostituição. A mulher tableira, por exemplo, teve origem nesse pequeno comércio ambulante, onde se vendia sonhos, café torrado, flores, refrescos, cestos, palmitos, aves, milho assado, bolo, angu, etc.

Foi também no século passado que tomou impulso a constituição de um campo de trabalho fundamental para a jovem de classe média: o ensino primário. Inicialmente, o ensino era uma esfera de atividades masculina, mesmo porque, até o início do século XIX, um conjunto de medidas legais restringia o acesso das mulheres às escolas e, portanto, à habilitação profissional. Apenas em 1827 surgiu a primeira regulamentação que permitia às mulheres freqüentarem o ensino elementar, mas apenas esse. As primeiras Escolas Normais (a da Bahia, fundada em 1835, e a de São Paulo, fundada em 1836) destinavam-se exclusivamente a rapazes. Não podendo ser alunas, não podiam ser professoras. Aos poucos, no entanto, as vagas foram se abrindo às mulheres e, finalmente, em 1871, reorganizou-se o ensino de formação para o magistério, aceitando-se a participação feminina, desde que com um currículo específico que incluísse bordado branco, em filó, de matizes, flores de contas e aplicação, cortes de roupas brancas e lisas.

Como se sabe, as restrições progressivas ao tráfico negreiro, a libertação de escravos sexagenários, a Lei do Ventre livre, começaram a configurar uma crise na oferta de mão-de-obra e a estimular o comércio interno de escravos, principalmente em direção às regiões fluminense e paulista, para absorção nas lavouras de café. No mesmo período, expandiu-se a cultura do algodão em São Paulo e surgiram as primeiras fábricas têxteis. Em resumo, a expansão econômica da lavoura para exportação provocou uma crise na lavoura para o abastecimento interno e uma demanda não suprida por mão-de-obra. A longo prazo, promovida pelo Estado em estreita conexão com os empresários, a imigração européia seria a solução para a questão da força de trabalho nas lavouras de exportação e consumo interno e, ainda, para a indústria em expansão. A curto prazo, mulheres e crianças das periferias pobres das cidades forneceram os primeiros braços para essa indústria.

MULHERES E CRIANÇAS NA FÁBRICA

O panorama da convivência das mulheres e crianças com as fábricas foi, desde o início, desolador: viviam nelas, trabalhando uma jornada de até dezesseis horas diárias, dormindo e se alimentando entre máquinas; eram obrigadas, após incontáveis horas de trabalho, a aprender corte e costura e, freqüentemente, não faziam jus a nenhum salário. As condições de trabalho supunham, ainda, a sujeira, a insalubridade, os espancamentos e estupros.

À medida que o século XX se avizinhava, vilas operárias foram sendo construídas, os homens - freqüentemente imigrantes estrangeiros - passaram, paulatinamente, a substituir as mulheres nas oficinas, os salários generalizaram-se no interior da indústria, iniciando-se o hábito de pagamento diferenciado entre os sexos, com os homens recebendo salários maiores que as mulheres.

Uma operária, Luzia Ferreira de Medeiros, da fábrica têxtil Bangu, no subúrbio do Rio, contou como eram as condições de trabalho já depois da virada do século: *"Entre para a fábrica Bangu no período da primeira guerra mundial com sete anos de idade. Iniciava o trabalho às seis e terminava por volta das 17 horas - sem horário para almoço de definido. Era o critério dos mestres o direito de comer e tendo ou não tempo para almoçar, o salário era o mesmo. Isso, evidentemente, depois de passada a fase do trabalho gratuito, que chamavam de aprendizado. Não tínhamos lugar para comer. As refeições eram feitas entre as máquinas. A Penas uma pia imunda servia-nos de bebedouro. Nunca recebíamos horas extras, mesmo trabalhando além do horário estabelecido. Mestre Cláudio fechava as moças no escritório para força-la à praticar relação sexual. Muitas moças foram prostituídas por aquele canalha. (Em Edgar Rodrigues, Alvorada Operária.)*

O fato é que as mulheres: além de estarem submetidas, como os homens trabalhadores, a condições de trabalho corrosivas, diferentemente desses, ainda sofriam maus tratos corporais e auferiam salários mais baixos. Dados de 1912, do Departamento Estadual do Trabalho de São Paulo, revelam que foram visitadas, para confecção de um relatório, fábricas que contavam com 1.943 trabalhadores brasileiros, 7.499 estrangeiros e 862 de nacionalidade ignorada. Dos 10.304 recenseados, 6.801 eram do sexo feminino. A jornada de trabalho iniciava-se por volta das cinco e meia da manhã e terminava treze horas depois. O salário médio das mulheres era bastante mais baixo que o dos homens: o salário médio masculino na fiação era de 4\$500 réis e o das mulheres, 2\$000 réis. Na seção de acabamento, em média, os homens recebiam 4\$900 réis e as mulheres recebiam 3\$000 réis.

O PROTESTO FEMININO

No entanto, por mais dramática que fosse a vida da mulher operária, dividida entre seus afazeres domésticos e a longa jornada do trabalho assalariado, esse fato não a fez abdicar da sua capacidade de reação à injustiça e da ação política. No Brasil, no início do século, anarquistas e socialistas foram os arquitetos da questão social - uma questão de polícia para o Estado. Assim, foi no interior desses dois movimentos que as mulheres procuraram demarcar um território para sua luta. Porque luta houve. O jornal *A Terra Livre*, de tendência anarquista, foi o veículo utilizado pelas costureiras das confecções para articular suas demandas e organizar seus sindicatos. Dois manifestos, assinados por Teresa Cari, Teresa Fabri e Maria Lopes, ficaram célebres. Neles, por exemplo, podia-se ler: *"Devemos demonstrar, enfim, que somos capazes de exigir o que nos pertence; e se todas forem solidária, se todas nos acompanharem nessa luta, se nos derem ouvidos, nós começaremos por desmascarar a cupidez dos patrões sanguinolentos"*. (*A Terra Livre*, 19.07/1906.)

Conjuntamente ao apelo em nome dos "direitos", vinham reivindicações mais concretas e imediatas, mas não menos importantes, exigindo melhores salários e menor jornada. Ao mesmo tempo muitas mulheres encabeçaram alguns dos mais importantes movimentos grevistas do período.

Em 1901 e 1903, na Álvares Penteado, paralisaram o trabalho em protesto contra as condições de trabalho e os salários; na mesma época, na Companhia Industrial de São Paulo, fizeram uma paralisação contra a diminuição de tarefas; em 1902, na Anhaia, em São Paulo, entraram em greve por solidariedade a uma companheira despedida; em 1903, na Cruzeiro, no Rio de Janeiro, pelas mesmas razões, com o agravante de que a operária em questão, recém-parida, fora dispensada pelo mestre que a engravidou; em 1906 e 1907, em fábricas por todo o país, pela diminuição da jornada.

Em 1917, as mulheres pararam os trabalhos nas Fábricas Matarazzo, Fábrica de ligas Peterson, Fábrica de tecidos Mariângela, Fábrica de cigarros Trajano; e em 1919, em Porto Alegre, tecelãs da Cia. Têxtil Rio Grandense, Companhia de Fiação e Tecidos Porto-Alegrense e trabalhadoras da fábrica de chapéus F. C. Kessler & Cia., participaram de nova greve geral por aumento de salário, além das havidas no Rio e em São Paulo.

MULHERES ENTRAM PARA OS SINDICATOS

Embora houvesse inúmeros fatores freando a participação feminina na vida sindical..., de um lado, a relutância masculina em aceitá-las como companheiras e, de outro, as exigências de sua dupla jornada de trabalho que não lhes deixava tempo para a política - ainda assim, existem numerosos registros mostrando

que um esforço considerável nessa direção foi realizado: não apenas vários sindicatos femininos foram fundados, quanto há evidências de frequência de mulheres, inclusive discursando, em alguns congressos operários.

Dos sindicatos constituídos, um dos mais importantes foi a União das Costureiras, Chapeleiras e Classes Anexas, com sede na rua Senhor dos Passos, no Rio de Janeiro, onde já funcionava a União dos Alfaiates da mesma cidade. A União foi fundada por 50 operárias e sua primeira medida foi deflagrar uma greve pela redução da jornada de trabalho a oito horas diárias. Uma de suas inspiradoras, Elvira Boni, lembra que o trabalho começava às 8 h da manhã, terminando às 19 h, isso *"quando a dona do atelier não prorrogava a jornada até às 20 ou 22 horas, sempre pelo mesmo salário"*. (Em Edgar Rodrigues, *Alvorada Operária*.)

Por sua vez, em alguns Congressos Operários, sua presença foi destacada. No 2º Congresso Operário do Rio Grande do Sul, realizado em 1920, uma operária delegada, de nome Alzira, discursou sobre as condições do trabalho feminino, destacando como essas eram tão árduas que impediam um companheirismo mais vigoroso como o dos homens na vida sindical: *"Quando tomamos conta que a jornada de trabalho é de 8 horas e mais, pois ainda há casas em que se trabalham 14 a 16 horas, como por exemplo as chapeleiras, costureiras sob medida, etc., podemos ainda lembrar o estado de ânimo em que se encontram nossas irmãs, que após tão fatigante trabalho em troca de um mísero salário, tem necessidade de fazer seus serviços domésticos. Como já disse, a maioria é composta por mães de famílias, necessitando sustentar os seus e ampará-los contra as misérias da vida (...)"* (Em Edgar Rodrigues, *Alvorada Operária*.)

De fato, embora a presença de mulheres não tenha sido usual nos Congressos, sendo mesmo obstaculada em alguns casos, desde as primeiras reuniões de trabalhadores formou-se um certo consenso sobre quais deveriam ser as condições de seu trabalho extra-doméstico. Uma resolução do 3º Congresso Operário Brasileiro, realizado entre 23 e 30 de abril de 1920, resume esse consenso: *"O 3º Congresso Operário, confirmando as resoluções do 1º Congresso quanto à situação do elemento feminino no meio proletário, aconselha vivamente as associações obreiras a se esforçarem para interessar diretamente as operárias na vida sindical, preocupando-se com a sua educação social e intelectual e para que se estabeleça no trabalho um ambiente de respeito, repelindo as brutalidades dos patrões e encarregados de serviços intensificando-se a campanha no sentido de que para elas seja abolido o trabalho noturno e o seus salários sejam equiparados aos dos homens."*

A demanda por uma legislação especial, de caráter protetor, embora discutível para muitos em virtude dos embaraços que terminou por causar para a contratação e a carreira das mulheres, acabou por prevalecer e, em 1932, foi reconhecida pelo Estado, pelo Decreto 21.417, que tanto proibia seu trabalho noturno, quanto criava condições mais favoráveis à gravidez e estabelecia o princípio do salário igual para trabalho igual.

AS MULHERES COMO FORÇA DE TRABALHO

O censo demográfico de 1920 mostrava que então 1.434.000 mulheres trabalhavam oficialmente, apresentando 15% da força de trabalho. Deste total de mulheres trabalhadoras, 42% estavam na agricultura, 31 % na indústria (inclusive em serviços de reparação) e 26% em serviços.

No entanto, tomando o total de pessoas trabalhando nos diversos setores da economia, constata-se que, na agricultura as mulheres eram 9% da força de trabalho; na indústria de transformação 36%; na prestação de serviços, 81 %. Comparando os dados de 1872 com os de 1920, a conclusão mais importante é que, à medida que a indústria se expandiu, diminuiu a participação das mulheres no seu interior. Outras informações demonstram que, não obstante esse decréscimo, elas permaneceriam, desde então, em torno da metade do proletariado têxtil e seriam majoritárias no setor de confecções.

Assim, vale a pena lembrar que durante toda a década dos vinte, e no início dos anos 30, principalmente na condição de tecelãs e costureiras, elas militaram no movimento dos trabalhadores: a título de exemplo, eclodiram greves na Fábrica de Tecidos Santa Maria, em Sorocaba, em 1922 no mesmo ano, no Rio, participaram da tentativa de uma greve geral da categoria: em 1925, bordadeiras, costureiras e trabalhadoras de fábricas de fósforos em Niterói deram testemunho em *A Classe Operária* sobre suas condições de trabalho e salários e tentaram ganhar a solidariedade masculina para suas reivindicações; fizeram greves na Fábrica de Tecidos Irmãos Tognato, em São Bernardo, em 1931.

PIONEIRAS DA LUTA SOCIAL

Algumas mulheres destacaram-se na vida pública e em sua participação junto às organizações operárias. Dentre várias, cabe destacar Maria Lacerda de Moura, Isabel Ferreira Bertolucci e Bertha Lutz.

Maria Lacerda de Moura; mineira de Manhuaçu nascida em 1877, professora e escritora, organizou a Vila Dom Viçosa, em Barbacena, na qual 22 casas foram construídas para favelados e, ainda, fundou a Liga Contra o Analfabetismo. Convidada para discursar na Federação Operária Mineira, afirmou na ocasião: "*A questão social, a questão do bem-estar para todos resume-se no seguinte: 1º) Formar um núcleo de resistência feminina, cujo objetivo será protestar contra a escravidão da mulher, trabalhar para a reivindicação de seus direitos e para sua emancipação mental. 2.º) Pregar e exigir a educação popular, a instrução obrigatória, a educação racional feminina por todo o país. 3.º) Trabalhar para a criação de uma ou mais universidades femininas, sob esses moldes, a fim de preparar o pequenino exército das*

trabalhadoras que deverão sair para o interior em demanda de outras mulheres de boa vontade, educando-as num sonho de Paz futura para toda a gente. 4.º) Abrir escolas do caráter e da boa vontade, escolas que despertem a iniciativa, escolas de força moral, porquanto é a força moral que conduz o mundo no dizer de Binet. 5.º) Promover o estudo da psicologia das forças ancestrais, da higiene, da fisiologia, da educação e da ética, das ciências enfim, da filosofia, das artes - para o conhecimento da humanidade e das leis evolutivas em favor da beleza e da perfeição dos costumes. 6.º) Trabalhar pela juventude e pelo exemplo para dar à criança, fazendo crescer na juventude a necessidade de ideal mais amplo - de justiça e equidade entre os homens. 7.º) Falar, pregar e protestar contra as mentiras convencionais, contra a hipocrisia protocolar, detestar a política. 8.º) Pregar a Paz, abominar a guerra, ampliar o amor à Pátria, fazê-la atravessar as fronteiras e olhar a Humanidade de uma só vez, abrangendo as nacionalidades como membros da família humana".

Isabel Bertolucci celebrou-se pelo seu "Manifesto à Mulher Paulista", publicado em *A Plebe*, em 03/12/1932, por ocasião do movimento constitucionalista. Segundo ela própria, sua origem social estava na *classe dos que tudo produzem e nada possuem*. No seu manifesto procurou, ultrapassando sua condição social e dirigir-se a todas as classes de mulheres, de forma a persuadí-las de sua crença pacifista e da imoralidade das guerras.

Bertha Lutz, já em 1919, juntamente com Olga de Paiva Meira, representou o Brasil no Conselho Feminino Internacional, da Organização Internacional do Trabalho, em cuja Primeira Conferência foram aprovados os princípios "*de salário igual, sem distinção de sexo, para o mesmo trabalho; e a obrigação de caia Estado organizar um serviço de inspeção, incluindo mulheres, a fim de assegurar a aplicação das leis e regulamentos para a frroteção dos trabalhadores*". Em 1922, fundou a Federação Brasileira Para o Progresso Feminino, em cujo estatuto se esclareciam seus objetivos:

- I. Promover educação da mulher e elevar seu nível de instrução;
- II. Proteger as mães e a infância;
- III. Obter garantias legislativas e práticas para o trabalho feminino;
- IV. Auxiliar as boas iniciativas das mulheres e orienta-las, na escolha de urna profissão;
- V. Estimular o espírito de sociabilidade e de cooperação entre as mulheres e interessá-las pelas questões sociais e de alcance público;
- VI. Assegurar à mulher os direitos políticos que a nossa Constituição lhe oferece e prepará-la para o exercício inteligente desses direitos;

- VII. Estreitar os laços de amizade com os demais países americanos, a fim de garantir a manutenção perpétua da Paz e da Justiça no Hemisfério Ocidental.

Em 1936, Bertha passou a integrar a Câmara Legislativa Federal, como suplente da vaga deixada por outro Deputado, elaborando, na ocasião, o Estatuto da Mulher, apresentado por ela e pela Deputada Carlota Pereira de Queiroz. O Estatuto ampliava a licença especial na época do parto para três meses; concedia à trabalhadora o direito de dois períodos diários para amamentação, de meia hora cada um, durante os seis meses iniciais de vida do bebê; reduzia de 30 para 20 o número de empregadas no local de trabalho cuja presença exigia creches. Com o golpe de 1937 e o Estado Novo, fechado o Congresso, as reivindicações de Bertha Lutz tiveram de esperar por melhores oportunidades, e algumas delas somente foram concedidas em 1962.

Mas outras mulheres, de extrações ideológicas e partidárias diversas, procuraram igualmente organizar-se, participando da vida pública. Em 1934, como parte da Aliança Nacional libertadora, fundou-se a União Feminina que, no entanto, em 1935 foi considerada ilegal, assistindo-se à prisão de várias de suas integrantes. Por sua vez, durante a II Guerra Mundial, organizou-se o Departamento Feminino da Liga de Defesa Nacional, cujos objetivos, além de recolher dos nativos e roupas para os soldados, eram, no âmbito do estritamente econômico, lutar contra os aumentos no custo de vida e, no âmbito do político, combater o nazi-fascismo e sua influência no país.

PARTICIPAÇÃO FEMININA NO PÓS-GUERRA

Terminada a guerra, promoveu-se um encontro nacional de várias associações femininas, com representantes de vários estratos sociais, incluindo mulheres de classe média, operárias e faveladas. Nessa ocasião, duas delas, participando do Primeiro Congresso Internacional de Mulheres, em Paris, ressaltaram em discurso os males do fascismo e a necessidade de proporcionar-se instrução política às mulheres, *"a fim de possibilitar-lhes participação efetiva nos movimentos de combate à guerra e aos regimes de força"*. (*Idem.*) Todo esse esforço acabou por resultar, em 1949, na constituição da Federação das Mulheres do Brasil, que consistiu em forte impulso para outros núcleos locais, freqüentemente organizados em comitês de bairros.

No final dos anos 40 e durante a década seguinte, a participação feminina foi intensa no movimento contra a carestia: no então Distrito Federal, onde se fundou a Associação Feminina, mais de mil mulheres se congregaram para, nas palavras de uma estudiosa, *"lutar pela solução dos problemas específicos*

dos bairros, pela paz, contra a elevação do custo de vida, pelos direitos das mulheres, pela defesa e proteção da infância". (idem). Também vale a pena ressaltar o papel que elas cumpriram na organização do movimento de anistia para aquelas pessoas perseguidas ou presas pelo Estado Novo.

Embora as mulheres tenham participado de formas variadas, da dinâmica do movimento operário no período pós Estado Novo, destaca-se seu desempenho na greve de 1953, em São Paulo, que paralisou aproximadamente 300 mil trabalhadores e, cuja comissão central a tecelã Mariana Galgaitz terminou por integrar. Na ocasião, várias outras grevistas foram indiciadas em processos por sua presença em piquetes. (Ver José Álvaro Moisés, *Greve de Massas e Crise Política*, Ed. Polis, São Paulo). De fato, a greve teve como origem a luta pelo aumento do salário mínimo, congelado desde 1951 e desvalorizado pelos constantes aumentos no custo de vida (que Celso Furtado estima como sendo de 50% entre 1949-52). A greve de São Paulo não foi isolada e dados coletados por José Álvaro Moisés lhe permitiram falar em 264 paralisações no período 1951-1952, eclodidas em todo país, cujas principais motivações eram a necessidade de aumentos nos salários, pagamento de salários atrasados, solidariedade, melhores condições de trabalho e, em número menor, bonificação de Natal e o protesto contra a carestia.

Os Censos Demográficos de 1940 e 1950 continuavam, então, acusando queda da participação feminina na indústria e sua persistência na prestação de serviços pessoais. Em 1940, o trabalho industrial das mulheres caíra para 26.4% e em 1950 para 23.9% do total de trabalhadores.